

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### 1. Assinale a alternativa que não condiz com o texto da Constituição Federal de 1988:

- a) cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;
- b) cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o **habeas corpus**, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;
- c) cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;
- d) cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município;
- e) cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;

### 2. Quanto aos Tribunais Regionais Federais e aos Juízes Federais, assinale a alternativa que não se adequa à Constituição Federal de 1988:

- a) Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;
- b) Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, os "habeas-corpus", quando a autoridade coatora for juiz federal;
- c) Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;
- d) Aos juízes federais compete processar e julgar os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, incluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

e) Aos juízes federais compete processar e julgar os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o "exequatur", e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização.

**3. No que tange ao Poder Judiciário assinale abaixo a alternativa que está de acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988:**

- a) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista tríplice pelos órgãos de representação das respectivas classes;
- b) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim;
- c) Entre outras garantias, os Juízes gozam da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;
- d) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados;
- e) Pelo voto da maioria relativa de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

**4. Assinale abaixo a alternativa correta:**

- a) a Mesa do Senado Federal pode propor ação direta de inconstitucionalidade;
- b) as entidades de classe de âmbito municipal, estadual e nacional tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade;
- c) o partido político, ainda que sem representação no Congresso Nacional, pode propor ação direta de inconstitucionalidade;
- d) o Advogado Geral da União pode propor ação direta de inconstitucionalidade;
- e) a Câmara Municipal pode propor ação declaratória de constitucionalidade.

**5. Tício participa de grupo armado civil que age constantemente contra a Ordem Constitucional. No que diz respeito à ação de grupos armados, civis ou militares, contra a Ordem Constitucional e o Estado Democrático, assinale a alternativa correta:**

- a) a Constituição Federal de 1988 dispõe que constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados militares contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, mas não considera

crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados civis contra a Ordem Constitucional e o Estado Democrático;

b) a Constituição Federal de 1988 dispõe que constitui crime prescritível e inafiançável a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

c) a Constituição Federal de 1988 dispõe que constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados civis contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, mas não considera crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados militares contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

d) de acordo com a Constituição Federal de 1988, não constitui crime a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

e) de acordo com a Constituição Federal de 1988, constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

**6. Carls é húngaro e cometeu um crime político na Hungria. Carls está morando no Brasil com sua esposa de nacionalidade brasileira e tem um filho brasileiro de 26 anos de idade. A Hungria requereu ao Brasil a extradição de Carls em virtude do cometimento de crime político na Hungria.**

**Diante do caso acima, marque abaixo a resposta correta:**

a) se a sentença, que condenou Carls por crime político, transitou em julgado e foi homologada pelo Superior Tribunal de Justiça, Carls será extraditado;

b) o Brasil não extraditará Carls por crime político;

c) O motivo que impede Carls de ser extraditado é o fato de ele ter filho brasileiro;

d) Carls será extraditado porque seu filho tem mais de 18 anos de idade, e o Supremo Tribunal Federal entende que somente se o filho brasileiro for economicamente dependente do pai estrangeiro, este último não poderá ser extraditado;

e) a Constituição Federal de 1988 autoriza a extradição de estrangeiro por crime político desde que haja Tratado Bilateral de extradição entre o Brasil e o Estado requerente da extradição.

**7. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:**

a) Mesa da Câmara dos Deputados;

b) Mesa do Senado Federal;

c) a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

d) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

e) partido político com representação no Congresso Nacional.

**8. Caio foi aprovado em dois concursos públicos para os cargos efetivos de professor nas escolas públicas Andaluz Vida e Gorete Giz. Na escola Andaluz Vida deverá trabalhar das 8h às 12h e na escola Gorete Giz deverá trabalhar das 14h às 18h. Caio ainda reflete sobre a possibilidade de, futuramente,**

**participar de outro concurso público também para outro cargo público de professor. Considerando o caso acima descrito, marque abaixo a resposta correta no que diz respeito à acumulação de cargo nos termos da Constituição Federal de 1988:**

- a) Caio não poderá acumular os dois cargos efetivos para os quais foi aprovado, mas, se pelo menos um deles fosse temporário, poderia;
- b) Caio não pode acumular dois ou mais cargos de professor, porque a Constituição Federal de 1988 dispõe que todo cargo de professor deve ser exercido em dedicação exclusiva;
- c) de acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988, Caio poderá acumular os dois cargos de professor, para os quais foi aprovado, porque há compatibilidade de horários, mas não poderia acumulá-los com um terceiro cargo de professor, mesmo que este terceiro cargo de professor fosse exercido no período da noite.
- d) a Constituição Federal de 1988 prevê que, independentemente da compatibilidade de horários, é possível acumular até dois cargos de professor, logo, mesmo que os horários não fossem compatíveis Caio poderia acumular os dois cargos de professor, para os quais foi aprovado;
- e) nos termos da Constituição Federal de 1988, Caio poderia acumular até três cargos públicos de professor desde que um fosse pela manhã, outro pela tarde, e outro pela noite;

**9. Assinale abaixo a alternativa que contem, conforme a Constituição Federal de 1988, disposição aplicável ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo:**

- a) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, o servidor público perderá seu cargo, emprego ou função;
- b) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe obrigatório optar pela remuneração do mandato;
- c) investido no mandato de Vereador, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração de seu cargo emprego ou função;
- d) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;
- e) para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores não serão determinados como se no exercício estivesse.

**10. No que tange a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, marque abaixo a alternativa que se coaduna com a Constituição Federal de 1988:**

- a) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

- b) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, mas nunca serão acessíveis a estrangeiros;
- c) não é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;
- d) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a conveniência do gestor público segundo critérios pessoais;
- e) os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

### **11. A respeito da capacidade processual, assinale a afirmativa correta. (FGV – OAB 2013)**

- a) Os municípios serão representados em juízo, ativa e passivamente, pelo Prefeito ou pelo procurador.
- b) O juiz, de plano, deverá extinguir o processo sem resolução do mérito, ao verificar a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes.
- c) O juiz dará curador especial ao réu preso, bem como ao réu citado por hora certa, por edital ou por meio eletrônico.
- d) A citação dos cônjuges nas ações que versem sobre direitos reais imobiliários é prescindível.
- e) Serão representados em juízo, ativa e passivamente, o espólio, pelo curador.

### **12. As causas intentadas contra a União não poderão ser aforadas na seção judiciária em que:**

- a) For domiciliado o autor;
- b) For domiciliado o réu;
- c) Naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda;
- d) Naquela onde esteja situada a coisa;
- e) No Distrito Federal.

### **13. Aos juízes federais compete processar e julgar:**

- a) As causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal ou sociedade de economia mista forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;
- b) As causas entre e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;
- c) Os crimes praticados por índios e prefeitos;
- d) As causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;
- e) As causas que envolvem acidente de trabalho.

**14. Sabe-se que competência é o poder que tem o juiz para exercer a jurisdição nos limites estabelecidos pela lei. Acerca desse instituto, julgue os itens subseqüentes, para concluir quais estão corretos. (CESPE – DPE/RS – 2011)**

I - Toca ao Superior Tribunal de Justiça decidir conflitos de competência entre juizado especial e juízo federal, salvo quando da mesma seção judiciária.

II - A intervenção da União em processo no qual a sociedade de economia mista figure na condição de parte não tem o condão de modificar a competência para a Justiça Federal.

III - A declaração de incompetência sempre implica remessa dos autos ao juízo competente.

IV - A existência de vara privativa, instituída por lei estadual, não altera a competência territorial resultante das leis de processo.

V - Em se tratando de ação acidentária trabalhista, a competência para julgá-la é da Justiça Estadual, ao passo que, se a ação acidentária não decorrer do vínculo laboral, a competência para o trâmite da demanda é da Justiça Federal.

**Estão corretas as assertivas:**

- a) I, II, III, V;
- b) II, III, IV;
- c) III, IV;
- d) III, V;
- e) IV, V.

**15. São condições da ação: (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Judiciária)**

- a) Capacidade postulatória, legitimidade das partes e interesse processual.
- b) Competência do juiz, inoccorrência da prescrição e não terem as partes celebrado convenção de arbitragem.
- c) Interesse de agir, inoccorrência da prescrição ou de decadência e capacidade de ser parte.
- d) Possibilidade jurídica do pedido, legitimidade das partes e interesse processual.
- e) Possibilidade jurídica do pedido, não se achar perempta a ação e citação válida do réu.

**16. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: (Juiz do Trabalho Substituto 24ª Região - 2006)**

- I. Quando ficar parado durante mais de 01 (um) ano por negligência das partes.
- II. Quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada.
- III. Pela convenção de arbitragem.
- IV. Quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.

**RESPONDA:**

- a) Todas estão corretas.
- b) Somente IV está incorreta.
- c) Somente I e II estão corretas.

- d) Somente I e III estão incorretas.
- e) Todas estão incorretas.

**17. Considere que, ajuizada ação de cobrança, entre partes capazes, para recebimento de dívida já prescrita, o juiz, ao analisar a exordial, a indefira, de pronto, devido à consumação da prescrição. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito da decisão do magistrado. (CESPE – OAB 2010)**

- a) Sendo a prescrição preliminar de mérito, o momento processual de sua apreciação deveria ocorrer na sentença final.
- b) A prescrição não poderia ser declarada de ofício visto que a ação trata de direitos patrimoniais.
- c) A petição inicial deve ser indeferida quando o juiz verificar, desde logo, a decadência ou a prescrição.
- d) O juiz não pode reconhecer de ofício a prescrição.
- e) O prazo prescricional corre ainda que a parte seja absolutamente incapaz.

**18. Marcelo, juiz de direito, conduziu audiência de instrução e julgamento e, com o término da coleta de prova e manifestação final das partes, proferiu sentença naquele mesmo momento. No dia seguinte, o escrivão, ao observar que não foi analisado e decidido um dos pedidos encaminhados pela inicial, devolveu os autos ao juiz. Com base na situação hipotética apresentada e na disciplina dos requisitos e efeitos da sentença do CPC, assinale a opção correta. (TRT 18ª Região – Analista Judiciário)**

- a) Caso as partes ainda não tenham apostado seu "ciente" na sentença, o juiz pode corrigir a omissão apontada, substituindo a sentença original.
- b) A correção da omissão poderá ser feita se a parte prejudicada interpuser embargos de declaração, nos quais aponte a falha e requeira sua correção.
- c) Tratando-se de erro material, a lei permite ao juiz que este corrija a falha, de ofício ou a requerimento da parte.
- d) Por ter sido publicada a sentença em audiência, deverá o juiz designar nova audiência na qual as partes poderão, caso não o tenham feito, manifestar-se acerca do pedido não analisado, proferindo o juiz, em seguida, nova sentença.
- e) A sentença não foi devidamente publicada, de modo que a correção da falha apontada poderá ser realizada.

**19. São requisitos essenciais da sentença, dentre outros, (FCC - 2011 - TJ - AP - Outorga de Delegação de Serviços de Notas e Registros)**

- a) Os fundamentos em que o juiz analisará apenas as questões de fato.
- b) Os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito.

- c) Os fundamentos em que conterão os nomes das partes, a suma do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo.
- d) O relatório, em que o juiz analisará e resolverá as questões de fato e de direito.
- e) O dispositivo em que o juiz analisará as questões de fato e de direito.

**20. Analise as proposições a seguir a respeito do que prevê a lei especial em se tratando de mandado de segurança: (Juiz Substituto PA 2005)**

- I. A decisão do mandado de segurança impede que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e respectivos efeitos patrimoniais.
- II. Em caso de urgência, é permitido impetrar o mandado de segurança por telegrama ao juiz competente, que poderá determinar seja feita pela mesma forma a notificação à autoridade coatora.
- III. A sentença que conceder o mandado fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, podendo, entretanto, ser executada provisoriamente.

**Assinale:**

- a) Se apenas a proposição I estiver correta.
- b) Se apenas a proposição II estiver correta.
- c) Se apenas as proposições I e II estiverem corretas.
- d) Se apenas as proposições II e III estiverem corretas.
- e) Se todas as proposições estiverem corretas.

**21. Juizado Especial Cível, previsto na Lei nº 90.099/95. (CESPE – DPE/RS – 2011)**

- a) O não comparecimento do autor à audiência gera revelia.
- b) O acesso independe, tanto em primeiro quanto em segundo grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.
- c) O Juizado Especial Cível não tem competência para as ações de despejo para uso próprio.
- d) Nas ações para reparação de dano de qualquer natureza, é competente tanto o foro do domicílio do autor quanto o do local do ato ou fato.
- e) O recurso inominado deve ser recebido, em regra, nos efeitos devolutivo e suspensivo.

**22. Leia as assertivas abaixo acerca dos Juizados Especiais Federais. (FEC - 2003 - TRF 2ª - Analista Judiciário)**

I - Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo.

II - Incluem-se na competência do Juizado Especial Cível as causas para anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

III- Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de



conciliação ser efetuada com antecedência mínima de quinze dias.

IV- As partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não.

V - Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

**Estão corretas as assertivas:**

- a) I, II, III;
- b) II, III, IV;
- c) I, II, IV;
- d) I, IV, V;
- e) II, IV, V.

**DIREITO PENAL:**

**23. Raimundo DiCaprio, vendedor ambulante, aproveitando-se da ausência do motorista de um veículo da Prefeitura Municipal de sua cidade, subtraiu, quebrando a janela do carro, a quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil Reais), referente à arrecadação municipal do dia e que estava sendo levada para depósito na conta corrente da municipalidade. Em tal situação, é correto afirmar que Raimundo DiCaprio cometeu o crime de:**

- a) furto simples.
- b) furto qualificado, pela quebra da janela do veículo.
- c) roubo.
- d) roubo qualificado, por se tratar de dinheiro público, merecendo maior pena, portanto.
- e) peculato, já que o dinheiro era proveniente da arrecadação municipal.

**24. Não leva à extinção da punibilidade do agente:**

- a) a retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.
- b) a prescrição, a decadência ou a preempção.
- c) a renúncia do direito de queixa ou o perdão aceito, nos crimes de ação privada.
- d) o casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes.
- e) a retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.

**25. Sobre o concurso de pessoas, assinale a opção correta:**

- a) quem concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, independentemente de sua culpabilidade.
- b) se a participação for de menor importância, a pena deverá ser reduzida da metade.

- c) sempre se aplica a pena mais grave, mesmo que algum dos concorrentes tenha desejado participar de crime menos grave.
- d) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- e) nenhuma das opções é correta.

**26. Cruzmaltino Santiago, prestes a se tornar funcionário público, exige de Deoclides o pagamento da quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil Reais), prometendo-lhe que, uma vez assumidas suas funções, irá privilegiá-lo para que seu processo tenha tramitação mais rápida. Cruzmaltino Santiago:**

- a) cometeu o crime de corrupção passiva.
- b) cometeu o crime de concussão.
- c) não cometeu crime algum, já que ainda não tinha assumido suas funções.
- d) cometeu o crime de exercício funcional ilegalmente antecipado.
- e) cometeu o crime de prevaricação.

**27. Nautilus conduzia seu veículo, momento em que foi parado numa barreira policial e se submeteu ao teste do bafômetro. O resultado deu positivo para ingestão de bebida alcoólica. Ato contínuo, a autoridade policial deu-lhe voz de prisão (em flagrante) momento em que Nautilus se debateu, desvencilhando-se dos policiais, não aceitando ser conduzido à viatura, sacando uma faca. Ameaçou, então, os policiais, bradando que se não o deixassem em paz, todos sofreriam as consequências. Nautilus foi contido e levado à delegacia. Ele responderá pelo crime de:**

- a) resistência.
- b) desobediência.
- c) desacato.
- d) violência arbitrária.
- e) exercício arbitrário das próprias razões.

**28. Analise as afirmações abaixo de acordo com o Código Penal brasileiro:**

I – Aquele que altera uma nota de R\$ 2,00 (dois Reais), transformando-a em uma nota de R\$ 20,00 (vinte Reais) comete o crime de moeda falsa, já que a falsificação deu-se mesmo sem a fabricação de uma cédula nova.

II – Sãopaulino de Souza invade e toma como seu um terreno na zona urbana da cidade Y, cujo proprietário é determinado cidadão, com o fito de nele construir um lava-jato. Sãopaulino de Souza, agindo assim, comete o crime de apropriação indébita.

III – Deoclézio Santista estava numa confraternização do trabalho e subtraiu um celular de sua colega, no momento em que esta se distraiu, ao ver sua amiga de infância chegar à festinha. Deoclézio cometeu o crime de roubo.

**É correto afirmar somente:**

- a) I.
- b) II.
- c) I e III.
- d) I e II.
- e) II e III.

**29. Charliana é servidora pública do alto escalão na Secretaria de Fazenda do Estado Y. Certo dia, ela procurou um servidor da Prefeitura Municipal de sua cidade e, sem utilizar sua identificação funcional, solicitou deste um andamento rápido quanto a um processo de aprovação da planta de reforma de sua residência. Nessa situação, Charliana:**

- a) praticou delito de excesso de exação, porque se excedeu nos limites das suas funções públicas.
- b) cometeu crime de advocacia administrativa, porque patrocinou interesse privado perante a administração pública.
- c) praticou crime de concussão, porque, em razão de seu cargo na área estadual, seu pedido implicou verdadeira exigência.
- d) não cometeu crime contra a administração pública, porque não patrocinou interesse alheio privado perante a administração pública nem se valeu de sua qualidade de funcionária pública.
- e) cometeu crime de prevaricação, porque praticou ato de ofício irregular para atender a interesse pessoal.

**30. Raimunda Elsa Bablonskiy atua na subchefia de um Departamento da Secretaria Municipal de Educação da cidade X e descobriu que uma servidora subordinada a ela, acabou por desviar certa quantia em dinheiro da aludida secretaria em proveito próprio. Ciente de que a servidora estava em dificuldades financeiras e, já que não tinha competência para puni-la, condeu-se e optou por não tomar nenhum tipo de providência. O fato fora descoberto em auditoria realizada um ano depois. Nessa situação, Raimunda:**

- a) cometeu crime de prevaricação, pois deixou de praticar ato de ofício por sentimento pessoal.
- b) cometeu crime de condescendência criminosa, pois deixou de levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
- c) não cometeu crime contra a administração pública, porque não tinha competência para punir a funcionária que praticou a infração.

- d) cometeu crime de peculato culposo, porque, por negligência e omissão, possibilitou a concretização do desvio.
- e) cometeu crime de peculato doloso, porque, mesmo sabendo do desvio de valores, deixou de responsabilizar a funcionária que cometeu a infração.

**31. O princípio da territorialidade prevê a aplicação da lei nacional ao fato praticado no território do próprio país. Pode-se afirmar que, na aplicação deste princípio, a legislação penal brasileira adotou:**

- a) a teoria da atividade, em que o lugar do crime é o local da conduta criminosa (ação ou omissão).
- b) a teoria do resultado, em que se considera para a aplicação da lei o local da consumação (ou do resultado) do crime.
- c) a teoria da ubiquidade, pela qual se entende como lugar do crime tanto o local da conduta como o do resultado.
- d) a teoria da competência, segundo a qual o local do crime é aquele da circunscrição da autoridade que primeiro toma conhecimento do fato delituoso, por prevenção.
- e) a teoria dos preparativos, pela qual se considera lugar do crime o local em que o agente pratica os atos preparatórios, mesmo que não se configurem como início de execução do fato criminoso.

**32. Cruzmaltino Santiago subtrai uma chave de fenda pertencente a seu vizinho Rubronegro da Silva, sem que este saiba disto, com o intuito de usá-la para apertar um parafuso de sua bicicleta, devolvendo a ferramenta intacta, minutos depois, no mesmo lugar. Rubronegro da Silva descobre tal fato. Na hipótese, Cruzmaltino cometeu:**

- a) apropriação indébita.
- b) furto simples.
- c) furto de uso, normalmente considerado atípico pela legislação nacional.
- d) roubo simples.
- e) furto qualificado pelo uso indevido do objeto subtraído.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**33. (Magistratura/MS-2008 – FGV) Relativamente ao inquérito policial, é correto afirmar:**

- a) A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato, aplicando, porém, em todas as suas manifestações, os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- b) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito por falta de base para denúncia.
- c) O inquérito deverá determinar no prazo de 30 dias, se o indiciado estiver preso, ou no prazo de 60 dias, quando estiver solto.
- d) O inquérito policial não acompanhará a denúncia ou queixa quando servir de base a uma ou outra.
- e) O indiciado poderá requerer à autoridade policial a realização de qualquer diligência.

**34. (Magistratura/PE-2011 – FCC) Se o crime for de alçada privada, a instauração de inquérito policial.**

- a) Não interrompe o prazo para o oferecimento de queixa.
- b) É indispensável para a propositura da ação penal.
- c) Constitui causa de interrupção da prescrição.
- d) Suspende o prazo para o oferecimento de queixa.
- e) Não pode ocorrer de ofício, admitindo-se, porém, requisição da autoridade judiciária.

**35. (Magistratura/SP-2006) Assinale a alternativa incorreta.**

- a) O inquérito policial é procedimento administrativo, cautelar, dispensável.
- b) O inquérito policial pode ser instaurado de ofício (mediante portaria do Delegado de Polícia, ou auto de prisão em flagrante), por requisição do Juiz ou do Ministério Público, ou por requerimento do ofendido ou de seu representante legal.
- c) A autoridade Policial tem jurisdição na sua área de atuação.
- d) A autoridade Policial, quando receber de qualquer do povo notícia verbal ou por escrito da ocorrência de ilícito penal, só instaurará inquérito policial após verificar a procedência das informações.
- e) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de bases para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, ainda que de outras provas tiver notícia.

**36. (Magistratura/MT-2009 – VUNESP) Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal quando, tendo-se por perspectiva as hipóteses a seguir, o querelante:**

- a) Deixar de promover o andamento do processo durante 90(noventa) dias.
- b) Renunciar a pedir a punição do corréu.
- c) Deixar de promover o andamento do processo durante 30(trinta) dias.
- d) Não souber do perdão extraprocessual concedido.
- e) Expressamente deixar de pedir a notificação do réu.

**37. (Magistratura/PI-2008 – CESPE) Os princípios da ação penal privada não incluem.**

- a) Legalidade
- b) Conveniência e oportunidade
- c) Disponibilidade
- d) Indivisibilidade
- e) Intranscendência.

**38. (Magistratura/RS-2003) João, foi preso em flagrante pela prática de furto qualificado. O promotor de justiça, 48 (quarenta e oito) horas após receber o inquérito policial, requereu ao juiz diligências imprescindíveis. Tomando conhecimento deste período, o ofendido apresentou, imediatamente, queixa-crime contra João. O Juiz, corretamente.**

- a) Recebe a queixa-crime e indefere as diligências do Promotor.
- b) Defere as diligências, não recebendo a queixa-crime.
- c) Defere as diligências e também recebe a queixa-crime, porque o querelado está preso.
- d) Não recebe a queixa-crime por se tratar de réu preso por crimes contra o patrimônio.
- e) Devolve o inquérito ao promotor para a denuncia por ter a queixa-crime sido apresentada.

**39. (Magistratura/SC) A representação é retratável desde que manifestada.**

- a) Antes do oferecimento da denuncia.
- b) Antes de recebimento da denuncia.
- c) Antes da primeira manifestação da defesa.
- d) Antes da sentença.
- e) Antes da ouvida das testemunhas.

**40. (Ministério Público /SP-2005) Os princípios da ação penal pública são:**

- a) Obrigatoriedade, indisponibilidade, oficialidade, indivisibilidade e intranscendência.
- b) Obrigatoriedade, disponibilidade, oficialidade, indivisibilidade e intranscendência.
- c) Oportunidade, disponibilidade, oficialidade, indivisibilidade e transcendência.
- d) Oportunidade, disponibilidade, iniciativa da parte, indivisibilidade e transcendência.
- e) Oportunidade, indisponibilidade, iniciativa da parte, indivisibilidade e intranscendência.

**41. (Magistratura/SC - 2008) Assinale a alternativa correta, quando ao procedimento no Juizado Especial:**

- a) Recebida a denúncia ou a queixa e designado dia e hora para audiência, em cuja oportunidade é dada a palavra ao defensor para responder à acusação, segue-se com a oitava das testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.
- b) Aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; recebida, são ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesas, interrogando-se a seguir o acusado, se presente e defesa, passando-se imediatamente aos debates orais se à prolongação da sentença.
- c) Aberta a audiência, será o acusado, já que notificado, prontamente interrogado, após o que o juiz receberá, ou não a denúncia ou queixa, dando-se a palavra ao defensor para responder à acusação.

Recebida, são ouvidas as testemunhas de acusação e defesa, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação de sentença.

d) Recebida a denúncia ou a queixa é designado dia e hora para o interrogatório do acusado, oportunizando-se prazo para defesa prévia, com a designação de audiência de instrução e julgamento, ouvindo-se as testemunhas de acusação e defesa, passando-se à prolação de sentença.

e) Aberta a audiência, a denúncia ou queixa é recebida, seguindo-se com o interrogatório do acusado e defesa prévia oral, passando-se à oitava das testemunhas de acusação e defesa, com alegações, via memoriais, e após sentença.

**42. (Ministério Público /SP-2005) Em relação ao Juizado Especial Criminal, assinale a alternativa correta:**

a) A competência do juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal, bem como, pela prevenção.

b) A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, por mandato ou edital.

c) A conciliação será conduzida por juiz togado ou por conciliador que exerça função administrativa na justiça criminal.

d) Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou de representação;

e) Tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público não poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, a ser especificada na proposta.

**EXECUÇÃO FISCAL**

**43. Cespe -2012- MPI - Com base no que dispõe a Lei n.º 6.830/1980, assinale a opção correta.**

a) O prazo para a substituição da certidão de dívida ativa prescreve na data de citação do executado.

b) Na execução fiscal, será feita a intimação da penhora ao executado, mediante publicação, no órgão oficial, do ato de juntada do termo ou do auto de penhora, sendo, entretanto, prevista, também, a possibilidade da intimação pessoal da penhora, ou, ainda, pelo correio.

c) Os embargos na execução fiscal independem da garantia da execução e, em regra, não têm efeito suspensivo, havendo a necessidade de pedido e comprovação, pelo executado, de dano grave de difícil reparação, dada a aplicação subsidiária do CPC.

d) A citação, na execução fiscal, deve ser feita, obrigatoriamente, por oficial de justiça, não havendo previsão de citação pelo correio.

e) Na execução fiscal, a dívida executada, definida, exclusivamente, como tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora; a dívida não tributária não integra a dívida ativa da fazenda pública.

**43. CESPE -2012- Deve ser cobrada judicialmente, por meio de processo distinto da execução fiscal, a dívida:**

- a) de um inquilino para com uma autarquia municipal.
- b) De um inquilino para com o fisco federal
- c) Contratual de uma autarquia municipal para com o fisco federal.
- d) Tributária de uma sociedade de economia mista municipal para com o fisco federal.
- e) De um Estado para com uma sociedade de economia mista federal.

**45. CESPE - Antes de falecer, Renato havia firmado parcelamento de débitos tributários com o fisco do estado de Sergipe, com garantia, por fiança, de seu irmão Raimundo. Após o falecimento, o parcelamento deixou de ser pago. Consoante as normas relativas à execução fiscal, esta não pode ser promovida contra:**

- a) Raimundo.
- b) o espólio de Renato.
- c) o inventariante, nos atos em que intervier.
- d) os devedores de Renato.
- e) os filhos de Renato.

**46. Em sede de execução fiscal, decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. Referido prazo é contado:**

- a) Do arquivamento dos autos, por não ter sido localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis.
- b) A partir de 1 ano, sem que seja localizado o devedor.
- c) Uma vez decorrido o prazo máximo de 1 ano sem que sejam encontrados bens penhoráveis.
- d) Uma vez decorrido o prazo máximo de 5 anos sem que seja localizado o devedor.
- e) Da distribuição da execução.

**47. As decisões do Tribunal de Contas, quando fixam alcance estabelecendo valores que devem ser cobrados de responsáveis identificados, devem ser submetidas:**

- a) À inscrição em dívida ativa e cobrança pelo rito da Lei de Execuções Fiscais.
- b) A registro em banco de dados de devedores e ao rito da Lei de Execuções Fiscais.
- c) Ao rito do procedimento ordinário, de natureza comum e cognitiva como se fosse ação de cobrança de crédito.
- d) Ao procedimento comum sumário, com audiência de conciliação a propiciar acordo pelos devedores.
- e) Ao rito da execução normal, sem necessidade de registro em banco de dados ou dívida ativa.

**48. Nos termos do disposto na Lei de Execução Fiscal - Lei no 6.830/80, é INCORRETO afirmar:**



- a) Podem ser cobrados créditos de natureza não tributária.
- b) O executado será citado para, no prazo de 3 (três) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na certidão da dívida ativa ou garantir a execução.
- c) O devedor citado somente poderá oferecer defesa mediante garantia do juízo.
- d) Faculta-se ao credor a substituição dos bens penhorados por qualquer outro, em qualquer fase do processo e, ao executado, tão somente a substituição da penhora por depósito em dinheiro ou fiança bancária.
- e) Dependendo do valor da causa, o recurso interposto pelo fisco contra a procedência de embargos à execução poderá ser analisado tão somente pelo mesmo juiz prolator da sentença.

## **SEGURANÇA SOCIAL**

**49. (ESAF – ATRF/2009) Tendo em vista os princípios e diretrizes da Seguridade Social, nos termos do texto da Constituição Federal e da legislação de custeio previdenciária, assinale a opção incorreta:**

- a) Diversidade da base de financiamento.
- b) Universalidade da cobertura e do atendimento.
- c) Equidade na forma de participação no custeio.
- d) Irredutibilidade do valor dos benefícios e serviços.
- e) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

**50. São beneficiários da Previdência Social, exceto:**

- a) Empregado.
- b) Contribuinte individual.
- c) Trabalhador avulso.
- d) Segurado especial.
- e) Empresa de Pequeno Porte optante pelo SIMPLES Nacional.

**51. Ainda sobre os beneficiários da Previdência Social, assinale a opção falsa:**

- a) Os segurados obrigatórios são os maiores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, que exercem qualquer tipo de atividade remunerada lícita que os vinculem, obrigatoriamente, ao sistema previdenciário.
- b) O segurado facultativo é o que, mesmo não estando vinculado obrigatoriamente à previdência social, por não exercer atividade remunerada, opta pela sua inclusão no sistema protetivo.
- c) As donas-de-casa e os estudantes são exemplos de segurados facultativos.
- d) Segurado especial, nos termos da Constituição Federal de 1988 é o produtor, o parceiro, o meeiro, o arrendatário rurais e o pescador artesanal que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes.

e) Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é dispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar.

**52. Nos termos da Lei nº 8.213/1991, não é espécie de prestação devida ao segurado:**

- a) Pensão por morte.
- b) Aposentadoria por invalidez.
- c) Aposentadoria por idade.
- d) Aposentadoria por tempo de contribuição.
- e) Aposentadoria especial.

**53. Assinale a opção incorreta:**

- a) A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.
- b) A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.
- c) A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
- d) Concluindo a perícia médica inicial pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, a aposentadoria por invalidez será devida ao segurado empregado, a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade ou a partir da entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de trinta dias.
- e) Durante os primeiros quinze dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá à Previdência Social pagar ao segurado empregado o salário.

**54. A aposentadoria por idade será devida ao segurado:**

- a) que completar 60 anos de idade, se homem.
- b) que completar 60 anos de idade, se mulher.
- c) que completar 55 anos de idade, se trabalhador rural.
- d) que completar 50 anos de idade, se trabalhadora rural.
- e) que completar 45 anos de idade, se trabalhadora rural.

**55. Maria Berenice sempre trabalhou como professora do ensino fundamental em uma escola particular de Parnaíba. Na data de hoje, completou 55 anos de idade e 25 anos de contribuição. Qual dos benefícios a seguir Maria Berenice tem direito:**

- a) Auxílio-doença.
- b) Aposentadoria por invalidez.
- c) Aposentadoria por idade.
- d) Aposentadoria por tempo de contribuição.
- e) Nenhum dos anteriores, pois há necessidade de cumulação dos requisitos tempo de contribuição e idade, nas aposentadorias concedidas pelo RGPS.

**56. Assinale a opção correta, no tocante ao auxílio-doença:**

- a) Será concedido ao segurado, independentemente de carência.
- b) Será concedido ao segurado quando ficar constatada a sua incapacidade para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por período de até 15 (quinze) dias consecutivos.
- c) Será concedido ao segurado quando ficar constatada a sua incapacidade para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
- d) Será concedido ao segurado quando ficar constatada a sua incapacidade para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por período até 30 (trinta) dias consecutivos.
- e) Será concedido ao segurado quando ficar constatada a sua incapacidade para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

**57. Sobre o salário maternidade, assinale a opção correta:**

- a) O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste.
- b) À segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 90 (noventa) dias, se a criança tiver até 1(um) ano de idade.
- c) À segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 90 (noventa) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade.
- d) À segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 60 (sessenta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.
- e) O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual à metade de sua remuneração integral.

**58. João recebia pensão pela morte de seu pai desde os 6 anos de idade. Aos 20 anos, teve diagnosticada uma doença degenerativa que o deixou absolutamente incapaz. Ao completar 21 anos:**

- a) João poderá requerer auxílio-doença.
- b) João deixará de receber a pensão por morte, pois perdeu a qualidade de dependente ao completar 18 (dezoito) anos.
- c) A pensão por morte não será cessada, já que a invalidez se deu antes que completasse a maioria previdenciária.
- d) A parte da pensão que João recebia será revertida aos demais pensionistas.
- e) João poderá requerer aposentadoria por tempo de contribuição.

**59. José, 55 anos, desempregado, mora com sua esposa Maria e seus 5 filhos, nos fundos da casa de seu irmão no centro de Parnaíba. Os filhos são ainda estudantes e toda a família vive das diárias que Maria recebe com serviços domésticos, sempre inferiores a um salário mínimo, e da ajuda de vizinhos. Sem possuir meios de prover o sustento de sua família, qual benefício deve ser concedido a José?**

- a) Aposentadoria por invalidez.
- b) Aposentadoria por idade.
- c) Aposentadoria por tempo de contribuição.
- d) Aposentadoria especial
- e) Benefício assistencial de prestação continuada instituído pela Lei nº 8.742/93 (LOAS).

**60. Sobre o benefício do seguro defeso, assinale a alternativa incorreta:**

- a) O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.
- b) Entende-se como regime de economia familiar o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.
- c) O benefício não será cancelado com o início de outra atividade remunerada apenas naquele período.
- d) O benefício será cancelado com a morte do beneficiário.
- e) O benefício será cancelado com o desrespeito ao período de defeso.